

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA: BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO ENTRE OS JOVENS

STRATEGIES FOR SURVIVAL: SCIENTIFIC INITIATION GRANT, UNEMPLOYMENT AND PRECARIZATION OF THE LABOR AMONG THE YOUNG PEOPLE

Mariléia Maria da Silva¹

Resumo

No presente trabalho^{II} analisa-se as percepções dos jovens graduados sobre sua atual condição de trabalho e a relação que estabelecem com a pesquisa científica durante a graduação, em um contexto de desemprego e precarização das relações de trabalho. O estudo foi realizado a partir de entrevistas e um questionário aplicado a egressos dos cursos de Biblioteconomia, Geografia, História e Pedagogia, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Procurou-se apreender em que medida a bolsa, ou qualquer vínculo formal com pesquisa durante o período de graduação, contribuiu para uma inserção diferenciada desses graduados no mercado de trabalho. Os principais resultados da pesquisa indicam que a condição de bolsistas, seja de iniciação científica ou de outras modalidades, contribuiu para que se envolvessem em pesquisas sem a preocupação imediata em buscar uma fonte de renda fora do âmbito acadêmico. Porém, certa estabilidade econômica por parte dos pais, verificada pela condição de emprego estável e/ou aposentadoria, tem um peso preponderante neste processo. Ainda foi possível evidenciar que o fato desses jovens serem portadores de diplomas de graduação, e até de pós-graduação, não implicou na obtenção de uma trajetória almejada – emprego estável com salário correspondente ao nível de formação –, ao contrário, nos depoimentos sobressaem sentimentos de frustração e insegurança diante do futuro profissional.

Palavras-chave: Jovens. Bolsa de iniciação científica. Emprego. Precarização do trabalho.

Abstract

This work analyzes the perceptions of the graduate young people about their current working condition and the relation they establish with scientific research during the undergraduate, in a context of unemployment and precarization of the labor relationships. The study was conducted through interviews and a questionnaire applied to egresses of the following courses: Geography, History, Pedagogy and Library Science, at the State University of Santa Catarina (UDESC). The intention was to grasp how the grant, or any formal link with scientific research during the undergraduate period, contributed to a different insertion into the labor market. The main results of this research indicate that the condition of grant holder, whether scientific initiation or other types, has helped to engage in research without the immediate worry in seeking a source of income outside the academic realm. However, certain economical stability of their parents, as verified through steady employment condition and/or retirement, has a preponderant weight in this process. Also was possible to evidence that the fact that these young people are bearers of the graduate degrees, and even postgraduate, did not imply in the obtainment of the desired trajectory – steady employment with a wage corresponding to the level of formation – on the contrary, in the testimonials stand out feelings of frustration and insecurity in front of professional career future.

Key words: Young people. Scientific initiation grant. Employment. Precarization of the labor.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem-se presenciado inúmeros estudos que abordam as intensas transformações na relação capital-trabalho e seus efeitos estrondosamente negativos para os

trabalhadores (ARRIGHI, 1996; CASTEL, 1998;

¹ Doutora em Educação/ UFSC. Docente do Departamento de Ciências Humanas – FAED/UDESC

^{II} Apoio financeiro: Fundação de Apoio a Pesquisa Científica do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O presente artigo é uma versão revisada e ampliada do trabalho apresentado no X Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Escola Superior de Educação de Bragança em Portugal em 2009 (www.spce.org.pt, www.esu.ipb.pt), sob o título “Das

MÉSZÁROS, 2002). Nesse cenário de precarização e enxugamento dos postos de trabalho, os jovens são os mais atingidos. A alegada “falta de experiência” os tornam preteridos em relação a candidatos mais velhos, suposto que esses tenham mais experiência.

Independente da perspectiva que possa conduzir às questões acima, temos assistido a um processo de alongamento da escolaridade, mesmo entre aqueles oriundos de segmentos sociais com menor poder aquisitivo que, historicamente, não ultrapassariam o ensino médio. Esses, embora insignificantes nas estatísticas, chegam às portas do ensino superior, ingressam na universidade e vão disputar, junto com jovens provenientes das camadas sociais mais abastadas, os empregos destinados aos segmentos de trabalhadores diplomados.

Ciente da complexidade que envolve os egressos do ensino superior no Brasil, e como uma tentativa de analisar o perfil sócio-profissional desses, no presente artigo desenvolvo uma reflexão acerca das percepções dos jovens graduados sobre a condição de trabalho em que se encontram e a relação que estabelecem com a pesquisa científica durante a graduação. O recorte adotado – egressos de uma universidade pública e pertencentes a diferentes segmentos sociais – justifica-se pela necessidade de apreender o lugar da pesquisa científica para os graduados quando questionados sobre sua inserção no mercado de trabalho.

As análises aqui apresentadas tomam por base um estudo^{III} realizado com 31 egressos – que obtiveram seus diplomas entre os anos de 2002, 2003, 2004 e 2005 –, originários dos cursos de Biblioteconomia, Geografia, História e Pedagogia, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Parto da hipótese de que o desenvolvimento de pesquisa científica durante o curso de graduação tem implicações importantes na definição/redefinição de estratégias de

inserção/reinserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, procuro apreender em que medida o fato desses jovens terem obtido alguma modalidade de bolsa de pesquisa científica^{IV}, ou qualquer vínculo formal com projetos de pesquisa durante o curso de graduação, contribuiu para uma inserção diferenciada no mercado de trabalho.

Quem são estes jovens? Qual a relação entre o seu capital econômico e cultural de origem e o interesse pela pesquisa? O envolvimento com a pesquisa científica durante a graduação representa (para eles) apenas uma forma de preparação para o mercado de trabalho?

Segundo Alves e Antunes (2004), ao refletirem sobre a situação brasileira, devido à vigência da sociedade do desemprego estrutural, os jovens em idade de ingressar no mercado de trabalho são cada vez mais empurrados para os trabalhos precários e situações de desemprego, sem grandes perspectivas de alcançar uma condição melhor.

Nesse contexto, a permanência na escola tem sido apontada como “solução” para o desemprego porque possibilita aumentar o nível de qualificação. Requisito propalado como “fundamental” para disputar uma vaga em um mercado de trabalho cada vez mais excludente. Essa visão tende a deslocar a questão do desemprego, que deve ser compreendido como um fenômeno complexo e estrutural do capitalismo, para uma feição simplista, cujas “saídas” são sempre em perspectivas “individuais” e “autônomas”.

Concomitantemente à retração das oportunidades ocupacionais, assiste-se a um processo de ampliação do sistema de ensino público nas últimas décadas que, longe de expressar os históricos movimentos sociais organizados em prol de sua gratuidade e qualidade, acaba por atender às necessidades do capital na formação de um novo trabalhador, alicerçada na lógica da produtividade, flexibilidade e competitividade.

Ao referir-se à onda de expansão da escolaridade iniciada nos anos de 1990 no Brasil, Sposito (2008) revela que esse quadro configura um novo patamar no processo de reprodução das

estratégias de sobrevivência às perspectivas de carreira: reflexões sobre o papel das bolsas na universidade”.

^{III}Para fins de ampliação da discussão sobre jovens e trabalho, incorporo aqui reflexões preliminares desenvolvidas no âmbito do projeto de pesquisa em andamento “A inserção profissional dos jovens egressos do Projovem em Florianópolis”. Essa com o apoio da Fundação de Apoio a Pesquisa Científica do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da UDESC.

^{IV} Estou considerando as seguintes modalidades de bolsas: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), Programa de bolsa de Iniciação Científica (PROBIC), Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC) e o Programa de Educação Tutorial (PET).

desigualdades sociais no país. Isso implica dizer que os mecanismos de reprodução das relações sociais suscitam novas formas de reprodução das desigualdades. Em outros termos, o aumento quantitativo do nível de escolaridade, nas últimas décadas, não tem se efetivado em mobilidade social.

Pode-se mesmo afirmar, concordando com Pelegrino (2006), que o crescimento da oferta do ensino público no país vem se caracterizando como uma “expansão degradada”. Isso se expressa nas políticas destinadas aos jovens considerados em “situação de risco e vulnerabilidade social”, cujo acesso à educação tem sido pela via dos “projetos sociais” executados em parceria com entidades privadas e organizações não-governamentais (ONGs), com o fito de prepará-los para o mercado de trabalho e assim promover a “inclusão social”^V. Da mesma maneira, porém guardadas as devidas proporções, a política de expansão do ensino superior é caracterizada não apenas pela dualidade tradicional entre o ensino público e o ensino privado, mas também pelas clivagens no interior de cada rede.

Conforme os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)^{VI}, a rede privada de ensino superior no Brasil é expressivamente maior do que a rede pública. O ensino superior pago no país, tradicionalmente, é caracterizado mais pelo viés utilitarista do mercado do que por critérios de qualidade que envolvam outras perspectivas, sobretudo àquelas vinculadas à pesquisa científica. (SILVA Jr. e SGUISSARD, 2001). Assim, diante de uma aparente homogeneidade, representada pelo acesso à titulação de nível superior (SILVA, 2010), se escondem diferenças sociais profundas que marcam o “lugar” de cada um.

^V Para Kuenzer (2006) essa questão está condensada no paradoxo “inclusão excludente”. Ao referir-se à pedagogia do trabalho na acumulação flexível, Kuenzer (2006) avalia que: Em resumo, do lado do mercado, um processo de exclusão incluyente, que tem garantido diferenciais de competitividade para os setores reestruturados por meio da combinação entre integração produtiva, investimento em tecnologia intensiva de capital e de gestão e consumo precarizado da força de trabalho. Do lado do sistema educacional e de Educação Profissional, um processo de inclusão que, dada a sua desqualificação, é excludente” (p.879).

^{VI} Em 2008 havia 2.252 instituições de ensino superior no Brasil, dentre as quais 2016 eram privadas e apenas 236 eram públicas. Dados fornecidos pelo INEP <http://www.inep.gov.br/superior>. Acessado em 10/08/2010.

Portanto, as formas de acesso ao ensino superior, a rede frequentada, a escolha do curso, o grau de investimento durante os estudos e as formas de acesso ao emprego qualificado, constituem elementos de análise importantes na compreensão do perfil atual dos jovens portadores de diplomas de nível superior.

A questão que vem se evidenciando é a seguinte: Em que medida o acesso à universidade, de fato, está democratizado ao ponto de tornar os “desiguais” mais próximos dos “iguais”?^{VII} E essa questão se desdobra em outras: O diploma teria a força, se não de eliminar, ao menos de diminuir tais diferenças? E seria capaz de tornar os processos de inserção profissional mais justos – porque mais fidedignos – ao mérito acadêmico, e menos às redes de relações sociais?

O interesse em analisar estes graduados, levando em consideração a condição atual deles no mercado de trabalho, apresenta duas ordens de preocupações. A primeira diz respeito às implicações das políticas de incentivo à pesquisa de iniciação científica como um dos aspectos delineadores e diferenciadores da carreira profissional, tendo em vista o aumento de exigências qualificacionais para a inserção no mercado de trabalho. A segunda refere-se ao processo de inserção profissional dos jovens portadores de diploma de graduação em um contexto de desemprego e precarização nas relações de trabalho.

EX-BOLSISTAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FAED/UDESC

O rastreamento e a posterior identificação dos diplomados entre os anos 2002 a 2005, que haviam sido bolsistas de iniciação pesquisa – provenientes dos cursos acima citados –, foram realizados a partir de três instâncias: a secretaria acadêmica do Centro de Ciências da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC/FAED, os Anais de resumos dos Seminários de Iniciação em Pesquisa da mesma universidade, e a consulta ao Currículo Lattes dos egressos.

^{VII} Alusão à obra *A revolução dos bichos*, de George Orwell, quando os porcos pretendem se eximir ao propagar que “Todos são iguais, mas uns são mais iguais do que os outros.”

No total foram enviados 102 questionários^{VIII}, dos quais 36 retornaram preenchidos, porém, cinco deles não atendiam os critérios previamente estabelecidos, quais sejam: possuir até 36 anos de idade, no momento da coleta de dados, e ter obtido alguma modalidade de bolsa de pesquisa científica ou ter se envolvido em algum projeto de pesquisa durante o curso de graduação. Portanto, nossa amostra totalizou 31 informantes, cujos dados foram coletados entre outubro de 2006 a outubro de 2007. Dentre esses, quatro foram entrevistados.

Os jovens pesquisados tinham entre 22 e 36 anos no momento da coleta de dados. A maioria, 80,61%, possuía até 28 anos de idade, compondo um perfil relativamente jovem, haja vista que já haviam concluído a graduação há pelo menos dois anos. Os dados também revelam que a maioria é do sexo feminino: dos 31 egressos, 70,96% (22) são mulheres.

A maioria deles concluiu o ensino fundamental e médio integralmente na rede pública, cujo percentual soma 58,06% e 61,29%, respectivamente. No entanto, é preciso considerar que coincidentemente 61,29%, do total da amostra, realizaram curso pré-vestibular pago.

Diante dessas informações, torna-se relevante destacar o expressivo percentual de jovens com uma trajetória escolar vinculada ao ensino público. De antemão, é possível assinalar que a combinação entre ensino básico público e curso pré-vestibular, como características delineantes do perfil destes egressos, pode ser um indicativo tanto de uma origem social que impossibilita uma trajetória de estudos exclusivamente na rede privada, quanto do nível de conhecimento das exigências dos vestibulares para o ingresso em certas universidades, sobretudo as públicas.

Em relação ao estado civil dos jovens pesquisados, 61,29% (19) se declararam solteiros. Algumas considerações merecem ser trazidas à tona sobre esse resultado. Portanto, arriscaria dizer que o expressivo percentual de jovens que permanecem “solteiros”, mesmo depois de terminada uma das etapas que marcaria o ingresso no mundo adulto – pelo menos para o perfil socioeconômico dos jovens que compõem a amostra investigada –, está relacionado à necessidade de maior disponibilidade para

dedicação aos estudos e a possibilidade de exclusividade financeira para investir na carreira – uma vez que constituir família significa, dentre outros entraves, o compromisso com certas despesas: aluguel, água, luz, entre outras. Tal constatação já foi feita por Silva (2010) em pesquisa com os egressos do ensino superior em Florianópolis e Região.

Assim, retomo a tese segundo a qual os jovens vêm sofrendo um “processo de alongamento” de sua condição juvenil, tendo em vista alterações importantes nas etapas que eram consideradas indicadoras da saída da fase juvenil para o ingresso no mundo adulto; quais sejam a conclusão dos estudos, a partida da casa dos pais, o ingresso no mercado de trabalho e a constituição de uma nova família (GALLAND, 1991; DUBAR, 1998). Essa hipótese tende a se confirmar quando se constata que 90,32 % declararam não ter filhos, e mesmo entre os casados e separados, que somam 12 informantes, apenas três declararam possuir filhos.

Considero que os jovens pertencentes a certos segmentos sociais, hoje, tendem a “esticar” seus estudos e, quando possível, adiar o ingresso no mercado de trabalho. Não raro, permanecem mais tempo compartilhando a moradia de seus pais e adiam o “casamento”^{IX}.

Essas mudanças devem ser contextualizadas a partir das atuais configurações no padrão de acumulação capitalista, em que a ameaça contínua do desemprego, sobretudo entre os jovens, combinado às novas exigências qualificacionais, exigem um constante investimento pessoal, uma verdadeira “fetichização do currículo”, conforme expressão de Bajoit e Franssen (1997). O sentimento que prevalece é o de que *tudo* ainda não é o bastante, e, em decorrência disso, os “fracassos” são, via de regra, atribuídos às “falhas” pessoais.

Para Castel (1998), a multiplicidade e a descontinuidade das formas de emprego estão em processo de destruir o paradigma do emprego homogêneo e estável. Essa questão talvez seja mais importante do que considerar o aumento do desemprego em si. Não que esse deva ser banalizado em sua gravidade, mas o autor enfatiza que é pela precarização do trabalho que se pode compreender os processos que sustentam a

^{VIII} Trata-se de um questionário com questões estruturadas sobre a escolaridade, trajetórias profissionais, condições socioeconômicas da família e outros aspectos.

^{IX} Na pesquisa, a opção “casado” refere-se a “qualquer forma de união estável.”

vulnerabilidade social, pois, ao final do percurso, esses geram o desemprego e a desfiliação.

Nessa perspectiva, seria equivocado apreender as novas formas de emprego como “particulares” ou “atípicas” (p.516). Conforme explicita Castel:

A representação do desemprego como um fenômeno também ele atípico, em resumo irracional e que se poderia erradicar à custa de um pouco de boa vontade e de imaginação, todas as coisas permanecendo idênticas aliás, também é, sem dúvida, a expressão de um otimismo superado. O desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser resolvido (p. 516).

Quando se refere às políticas que ressaltam a qualificação como alternativa mais propícia contra o desemprego, o autor aponta que trata-se de uma perspectiva otimista sobre a crise, pois não existe uma relação direta entre qualificação e emprego. Em suas palavras: “Corre-se, então, o risco de desembocar, mais do que uma redução do desemprego, numa elevação do nível de qualificação dos desempregados” (p.521).

Ainda que a vivência da situação do desemprego não constitua o universo determinante da amostra investigada, os dados a seguir são reveladores da preocupação dos jovens com o futuro profissional: 61,29% cursaram ou cursavam alguma pós-graduação no momento da coleta dos dados. É importante destacar que, dos 31 jovens pesquisados, 13 deles fizeram/faziam mestrado em universidades públicas, e um fez doutorado também em instituição pública de ensino superior.

Após estudo com egressos do ensino superior e suas estratégias de inserção profissional (SILVA, 2010), pude concluir, assim como Mattos (2007), que o novo padrão de acumulação capitalista pressupõe intensas mudanças no comportamento dos jovens com titulação universitária, sendo o alongamento da escolarização, conforme já explicitado, uma das estratégias frente à diminuição dos postos de trabalho.

Nessa perspectiva, a ampliação dos estudos implicaria em incremento qualificacional e, ao mesmo tempo, na possibilidade de se manterem, enquanto estudantes, em condições de pleitear bolsas de estudos, estágios, bolsas de trabalho, entre outras.

Sobre a experiência profissional dos informantes, identifiquei que 64,51% trabalharam antes da graduação, e que a maioria exerceu alguma atividade remunerada durante a graduação. Dos 31 pesquisados, 74,19% declararam trabalhar durante o curso. Porém, pondero que 41,93% (13) dos pesquisados declararam a condição de bolsista de iniciação científica como equivalente a estar *empregado*.

Estes dados tornaram-se mais significativos quando analisados a partir de outros elementos, tais como: o tipo de trabalho desenvolvido e o lugar que esse ocupa na vida do jovem. Assim, podemos dizer que, para os jovens pesquisados, as atividades remuneradas exercidas antes ou durante a graduação – mesmo as atividades de pesquisa científica – têm um significado que ultrapassa as explicações de cunho exclusivamente financeiro. Em outros termos, a amostra pesquisada parece se caracterizar por “estudantes que trabalham”, e não por “trabalhadores estudantes”^x.

A última categoria tem no trabalho o principal meio de subsistência; enquanto a outra, contingencialmente, desenvolve alguma atividade remunerada que pode estar relacionada à possibilidade de certa autonomia financeira para consumir signos pertinentes à juventude, garantir o provimento de necessidades básicas estudantis (reprografia, transporte, alimentação) e ainda, dependendo da atividade exercida, adquirir certa experiência que julga significativa para a carreira profissional.

Durante a graduação, os egressos revelaram trabalhar em empregos cujos vínculos, em sua maioria, poderiam ser classificados precários, com baixos salários e sem perspectivas de ascensão na carreira. Dentre os quais, destacamos: estagiário, auxiliar de biblioteca, atendente de telemarketing, auxiliar administrativo, projetista, operador de caixa, professor admitido em caráter temporário.

As falas a seguir são elucidativas das exposições acima:

Esse negócio de ficar pedindo dinheiro pra pai e pra mãe, pra tudo, não [...] Eu gosto de... Sempre fui mais assim. Eu tenho [...] que eu sou uma pessoa mais independente, né? Eu sempre procurei caminhar sozinha. (Mercedes^{xi}, egressa do curso de geografia).

^x Expressões originalmente cunhadas por Foracchi (1965).

^{xi} Os nomes dos entrevistados são fictícios.

Eu comecei um estágio pouco antes de terminar a graduação... um estágio numa empresa chamada [nome da empresa] de São Paulo, mas tinha um escritório aqui, tinha uma filial aqui, que é uma empresa que faz projetos, desenvolve projetos de arqueologia. Daí [...] desde então desse estágio lá, desse estágio até hoje eu tô trabalhando pra essa empresa. Eu fui efetivado, né? (Venceslau, egresso do curso de História).

Eu trabalhei até os 17, depois eu decidi estudar. Meu irmão também trabalhou desde cedo, desde os 16, acho. E quando acabou o segundo grau, a gente decidiu estudar, a gente decidiu fazer cursinho. Depois que a gente entrou na universidade, quer dizer, antes de entrar na universidade, a gente tinha saído do emprego já, né? Vamos parar de trabalhar pra estudar. Oh, beleza! Não tinha uma condição assim de miséria em que tivesse que trabalhar pra trazer dinheiro pra casa. Claro, meu pai não ganha bem, mas, assim, tipo, a comida dava sem stress. Um dinheirinho aqui pra pagar ônibus [...] Sempre, na verdade, pra eles, o que era importante era o que a gente tinha vontade de fazer. (Vitorino, egresso do curso de geografia).

EXPECTATIVAS QUE SE ENCERRAM E ANSEIOS QUE SE RENOVAM: O TRABALHO DEPOIS DA GRADUAÇÃO

Do total de egressos (31) que compuseram a amostra, 64, 51% informaram trabalhar “imediatamente após a conclusão do curso de graduação”; 58,06% “procuraram emprego nesse período”; 61,29% declararam “não descartarem empregos que estivessem muito aquém de suas qualificações ou pretensões salariais”; e 87,09% informaram que se sentem “preparados para enfrentar o mercado de trabalho”.

Chama a atenção o fato de a maioria dos egressos pesquisados (61,29%) aceitar ofertas de empregos que estiverem, em seu julgamento, abaixo das pretensões salariais e qualificacionais, mesmo reconhecendo merecer algo melhor, já que se consideram capazes “de enfrentar o mercado de trabalho”. Pode-se inferir a partir dos dados acima que os jovens analisados apresentam uma visão pautada empiricamente nas atuais condições de inserção no mercado de trabalho. Fruto, talvez, de

suas experiências profissionais anteriores ou durante a graduação.

Nos depoimentos parece haver certo discernimento entre o que almejam e aquilo que podem ter:

E daí eu tinha feito um concurso pro IBGE no ano passado e me chamaram há dois meses. Mesmo sem ter acabado o Mestrado, mas já quase acabando, decidi trabalhar. Não por vontade, na verdade, mas porque tá numa fase que eu preciso olhar pro lado profissional com mais cuidado. Só que não é...é um concurso pro nível médio, não é pra Geógrafo, salário é mil e poucos reais, então não era muito, mas na verdade eu tô encarando como uma possibilidade de conseguir condições de fazer um projeto de Doutorado, de fazer seleção de Doutorado em outros lugares. Então trabalhar mais uns três ou quatro meses, guardar dinheiro pra de repente fazer o Doutorado na Alemanha, que precisa da passagem, precisa ficar um tempo. Claro que dependendo de bolsa, né? Mas é muito provável que eu consiga no Doutorado. (Vitorino, egresso do curso de Geografia).

Hoje eu tenho segurança de trabalho até o final do ano que vem^{xii}, porque a empresa sempre participa de licitações. Então, quando ganha a licitação, todo mundo tá seguro, quando não ganha, mesmo com a carteira assinada, a gente fica meio assim, à espera que surja outros projetos; né? Então o nosso projeto que nós temos lá, até o final do ano que vem, tranquilo. Daí a gente, agora a gente tá à espera das próximas licitações. É complicado né? Mas [...] o que é que eu posso falar? [...] já é até natural porque eu tô desde 2005. Por enquanto, nunca faltou, nunca teve essa história: fechou porque não teve projetos. Então, por enquanto, claro, tem essa insegurança de [...] de agora ficar esperando o próximo projeto pra garantir o futuro lá [...] mas antes, mas com certeza até o final do ano que vem tá garantido. Sempre surge alguma coisa, né (risos), para a empresa. (Venceslau, egresso do curso de história).

^{xii} Grifo meu.

Torna-se pertinente ressaltar, no depoimento acima, o paradoxo da frase destacada, e até mesmo toda a fala em si, repleta de sinais de titubeação. É como se o entrevistado pensasse de maneira fracionada, havendo recuos e circunlóquios quando esse se vê na eminência de estabelecer um raciocínio sobre sua condição de trabalho. O contentamento fugaz e a insatisfação dissimulada se ombreiam a cada frase emitida.

Do Total da amostra, 70,96% (22) dos informantes declararam estar trabalhando no momento da coleta dos dados. Apenas 13,6% deles se consideraram efetivamente desempregados. Os demais, 27,2%, não estavam procurando emprego.

Retomo a ideia de que um nível maior de escolaridade pode contribuir para a aquisição de um emprego, ainda que esse não esteja de acordo com o desejado. Dentre os empregados, 31,81% informaram que não “desempenham função de acordo com sua formação.” Mais de 50% estão entre “razoavelmente satisfeitos e insatisfeitos com o trabalho”. E pouco menos da metade (40,9%) estava procurando outro emprego.

Vale destacar também as formas pelas quais os egressos conseguiram seu emprego atual. Os dados indicam que as vias “concurso público” e o “os amigos” são as mais procuradas.

Na literatura atual há uma discussão sobre a relevância das “redes de relações sociais” como um importante canal de acesso ao emprego (GRANOVETTER, 2000; SILVA, 2005, 2009, 2010). Diante da escassez das oportunidades de trabalho, especialmente para os jovens que não possuem experiências anteriores, a utilização das redes de relações sociais torna-se mais frequente. Essa constatação pode parecer corriqueira, e até não é negada pelos mesmos que propagam a simplória tese da “competência” como um *antídoto* contra o desemprego, no entanto, uma boa rede de relações, que atrai melhores oportunidades de trabalho, está diretamente ligada à origem social.

Quando identificadas as formas pelas quais os jovens pesquisados conquistaram seus empregos, observa-se diferenciações entre aqueles que conseguiram seus empregos pela via “concurso público” ou por “intermédio de amigos”, e aqueles que os conseguiram via “anúncios”, “internet”, “empresas de recrutamento” e outras formas.

Assim, os pais dos egressos que conseguiram seu emprego via “concurso público” ou “amigos”,

apresentam uma rede de relações que podem oportunizar aos filhos chances de inserção mais favoráveis no mercado de trabalho. O fato das mães destes egressos serem ativas, em sua maioria, também pode contribuir para uma inserção profissional dos filhos em empregos que apresentem vantagens consideradas satisfatórias. Essas inserções às vezes são iniciadas antes mesmo da entrada dos filhos na universidade.

Finalmente, os dados evidenciam que as atividades profissionais atuais dos pesquisados ligam-se às experiências profissionais de antes e/ou de durante a graduação. Isso leva a perceber que o trabalho desenvolvido anterior ou posteriormente à graduação auxilia nas decisões sobre suas carreiras profissionais, para além de suprir necessidades pessoais imediatas.

Quando analisado de modo superficial, o perfil dos jovens investigados revela uma situação profissional relativamente esperada – e, em certo sentido, até favorável, pois apenas 13,6% estavam desempregados – em um contexto de enxugamento dos postos de trabalho, sobretudo para o seguimento juvenil (POCHMANN, 2000). No entanto, examinado em detalhes tende a revelar um sentido mais preocupante. O que está em discussão não é a situação do emprego para a juventude em geral, mas de uma amostra que compõe um parcela restrita, justamente aquela que teria “garantias”, já que concluiu um curso superior em instituição pública e, inclusive, uma pós-graduação.

As falas a seguir bem denotam esse sentimento:

Puxa vida! Eu tenho vinte seis anos e não tenho carteira assinada ainda?

Isso me incomoda demais! Demais, demais, demais! (Guilhermina, egressa do curso de Pedagogia).

Olha, eu vou dizer assim pra ti ó, que [...] eu [...] eu ainda não ganho o piso do Geógrafo. Que o piso do Geógrafo é nove salários mínimos pra oito horas. E [...] mas também não tô muito abaixo assim. Eu comecei aqui, eles me deram uma proposta inicial e falaram assim: “À medida que tu for aprendendo a gente vai subindo” (Mercedes, egressa do curso de Geografia).

Charlot e Glasman (1999), ao analisarem a inserção profissional dos jovens, destacam que

atualmente não está em questão *obter* o melhor lugar, mas, antes, *ter* um lugar. Os deslocamentos dos jovens para o mercado de trabalho têm sido caracterizados por condições cada vez mais precárias, instáveis e inseguras. E isso independe do nível do diploma. Os autores avaliam que a identidade social e profissional dos sujeitos fica circunscrita às “oportunidades” que lhes surgem. Portanto, incerta, distanciando-se de símbolos identificadores ou ritos tradicionais que marcam as diferentes fases de uma vida no trabalho.

O teor dos discursos nas entrevistas é, a meu ver, expressivo tanto de uma incapacidade em elaborar certas demandas impostas pelas novas condições de trabalho, às quais são impelidos – sentimento que pode ser percebido, por exemplo, quando uma jovem pedagoga se questiona, em tom de cobrança pessoal, o fato de já ter atingido determinada idade e ainda não possuir “carteira assinada” –, quanto pela naturalização do rebaixamento salarial – verificada no depoimento de outra jovem graduada em geografia que sabe da existência de um piso mínimo ao qual teria direito, mas esboça uma atitude de resignação em relação à proposta da empresa em manter o seu salário abaixo disso; ou ainda quando outro jovem, também Geógrafo, aparenta se sentir aliviado por “ter segurança de trabalho até o ano quem vem”.

Nesses depoimentos há flagrantes de desconforto – provocado por situações de trabalho visivelmente precárias –, mas imediatamente negado em nome do discurso da competência individual. A crença, ainda que claudicante, de que o empenho e persistência lhes reservam um futuro melhor.

A RELAÇÃO DO CAPITAL CULTURAL E CAPITAL ECONÔMICO COM A PESQUISA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A análise dos dados sobre a escolaridade dos pais dos egressos aponta que mais de 74% têm até o ensino básico. Com relação às genitoras, o percentual é de mais de 77%. Portanto, como primeira constatação, pode-se inferir que os ex-bolsistas investigados não são filhos de uma elite intelectualizada, caracterizada por um elevado capital cultural.

Analisando ainda mais detidamente a escolaridade dos genitores (somente os do sexo masculino) dos egressos, é possível fazer outras inferências. 54,82% inserem-se entre o ensino

fundamental completo/incompleto e ensino médio completo/incompleto. No ensino superior completo e incompleto, a porcentagem é de 35,47%. Já a porcentagem de pais e mães com pós-graduação somam 3,22%; sendo que 6,45% dos pesquisados não responderam a essa questão.

Sobre o detalhamento da escolaridade das genitoras dos informantes, os dados demonstraram que 77,40% delas têm formação entre o ensino fundamental completo/incompleto e ensino médio completo/incompleto. Para o ensino superior e pós-graduação, o percentual é de 22,56%. Observamos que os homens (genitores), no que se refere ao ensino superior, revelam uma porcentagem maior em relação às mulheres (genitoras).

Entendo ser oportuno alinhar os resultados ora apresentados aos estudos que vêm discutindo o processo de alongamento da escolarização entre os meios populares (ZAGO, 2000, 2006; VIANA, 2000; ALMEIDA, 2000; PORTES, 2000), haja vista a alta concentração de genitores (ambos os sexos) com baixo a médio nível de escolaridade na amostra investigada. Embora também seja necessário considerar a presença, ainda que bem menos representativa, de pais com nível superior.

Tais estudos, entre outros aspectos, destacam que, além das dificuldades financeiras, ainda há os “custos” subjetivos de um processo de alongamento escolar experimentados por jovens pobres, cuja origem familiar é notadamente marcada por um baixo capital cultural.

No que se refere ao capital econômico, aqui representado pela variável salarial, percebe-se que 35,48% dos pais têm rendimentos entre R\$1.001,00 a R\$ 2.000,000; seguido de 19,35% com rendimento entre R\$2.001,00 a R\$ 3.000,00; e 19,35% com renda entre R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00. Apenas 6,44% dos pais têm rendimentos entre R\$ 4.001,00 a R\$ 6.000,00. Trata-se, portanto, de pais que apresentam, em geral, baixa escolaridade em relação aos filhos. Porém, revelam, em sua maioria, ter um médio poder aquisitivo quando comparado ao salário mínimo no Brasil^{XIII}.

Ambas as variáveis (escolaridade e salário dos genitores) somadas à condição de estabilidade econômica – considerável parcela dos pais são aposentados (45,16%), enquanto os ativos são 38,70% – podem ter implicações importantes para

^{XIII} O valor do salário mínimo de referência no Brasil, no momento da pesquisa, era de R\$ 465,00.

entender a construção de uma determinada trajetória escolar e profissional dos filhos. Os depoimentos abaixo elucidam de maneira eloquente esta questão:

Daí eu tinha, eu podia [...] assim ó, digamos, não me preocupar em procurar trabalho fora da UDESC. Eu podia continuar na UDESC mesmo que fosse só com uma ajuda de custo, né? Mas, pelo menos, garantia ali o dinheiro do ônibus e o dinheiro do almoço e continuava trabalhando é [...] desenvolvendo as minhas pesquisas (Mercedes, egressa do curso de geografia).

Não tinha uma condição assim de miséria, em que tivesse que trabalhar pra trazer dinheiro pra casa. Claro, meu pai não ganha bem, (mais) mas, assim tipo, a comida dava sem stress. Um dinheirinho aqui pra pagar ônibus [...] A gente começou a estudar e a bolsa me dava o dinheiro [...] claro, não no primeiro ano letivo, que ficou atrasado, mas vinha de bicicleta, dinheiro do xerox. Não era muito dinheiro assim, dava pra [...] Era questão mesmo assim ó, o quê que eu quero fazer? Quero estudar, em vez de eu tá trabalhando e comprar coisas, tá saindo pra lugares caros. Ainda vem aquela história assim, ‘ah, se eu tiver que realmente, queremos ter um carro, andar de carro’. Eu sabia que se eu quisesse isso, eu teria que trabalhar pra manter. A escolha é minha não ter um carro, não gastar com isso, não gastar com roupa. Eles reconheceram isso como uma forma de tá...de tá no mundo e, claro, pragmaticamente depois ter uma condição melhor, que vem através do estudo, né? Embora não tenham tido isso, eles reconhecem isso. ([...] Claro, se está bom pra vocês, vocês querem isso.) Se eles [os pais] dissessem: não, ou vai trabalhar ou sai de casa, sabe? Eu iria tentar dá aula à noite, ter a bolsa, alugar um quarto de R\$ 100,00, fazer uma coisa assim, me virar depois, né? Mas... a importância deles foi a segurança durante esse tempo todo de ter...claro, de ser familiar mesmo, sem os laços também estão os meios, os meios pra me manter, né? Todo dinheiro que eu preciso, essas coisas mais simples assim, por exemplo, eu sempre andei de bicicleta, pneu de bicicleta, precisa comprar uma peça,

pagar alguma coisa, uma viagem, sair de casa, então o mínimo que eu precisasse eles tinham. E eles fizeram isso com bastante... é... boa vontade assim. Isso é importante pra gente, né?(Vitorino, egresso do curso de geografia).

A totalidade dos egressos que compôs a amostra investigada esteve envolvida com pesquisa de iniciação científica durante a graduação – esse foi o recorte da pesquisa. Porém, ao analisar os dados obtidos pelo questionário, foi possível identificar que nem todos tiveram uma bolsa de pesquisa, mas todos obtiveram alguma modalidade de bolsa (de pesquisa, de trabalho, monitoria ou outras) durante a graduação ou em parte desse período. Diante disso é possível inferir que a atividade de pesquisa no período de graduação está vinculada a alguma contrapartida financeira, seja a bolsa de pesquisa, propriamente dita, ou outras modalidades.

Ressalto que a condição de bolsista, independente de sua modalidade, cotejada às informações sobre a renda, escolaridade e condição profissional de seus genitores, constituem indicadores importantes para a apreensão das formas de inserção desses jovens no mercado de trabalho e das possibilidades de construção de uma determinada trajetória profissional.

Estes depoimentos são reveladores nesse sentido:

Trabalhei durante três dias (risos). Daí eu vi que não ia dá pra conciliar, parei pra vim (sic) pra aula. Foi [...] foi sorte assim porque pelo que eu vi depois... É [...] os colegas meus de trabalho que tiveram que conciliar a universidade com trabalho fora, né, trabalho não acadêmico ou, ou algum estágio fora da área sempre tiveram mais dificuldades assim. Dificuldades de assim, pra [...] fazer outros trabalhos, estudar pras provas né, que além de trabalhar fora ainda tem os trabalhos. Tempo pra ler os textos, né? Que a quantidade de textos é grande, né? (Venceslau, egresso do curso de História).

Sim, porque daí a pessoa pode continuar estudando, né? Porque no trabalho... mesmo que a pessoa faça meio período, o patrão não vai deixar que tu fiques ali

lendo, que tu fiques pesquisando, que tu desenvolva. É bem difícil quem libere. Então [...] pra mim foi bem importante que eu consegui dar continuidade ao que eu já fazia, encerrava a pesquisa, ia começar outra. (Mercedes, egressa do curso de Geografia).

Assim, os jovens investigados puderam se dedicar à pesquisa de iniciação científica durante o período de graduação, e ao próprio curso de graduação. Isso porque houve a combinação de duas situações que se complementam: o fato de possuírem uma bolsa que garantisse o provimento básico dos gastos com os estudos e o fato de pertencerem a famílias que possuem capital econômico estável. Tal condição viabilizou a esses jovens, na passagem pela universidade, o interesse pela pesquisa científica, sem a preocupação imediata com a obtenção de vínculos empregatícios externos à universidade, que pudessem comprometer sua dedicação aos estudos.

Pode-se perceber que as repercussões dessa trajetória acadêmica (durante a graduação) ligada à pesquisa científica apontam para o direcionamento de uma carreira profissional condizente com essa perspectiva. Conforme os dados, 67,74% dos pesquisados cursavam ou já haviam cursado uma pós-graduação, dos quais, 66,6% cursavam mestrado ou já haviam obtido o título de mestre, sendo que um deles havia ingressado no doutorado. Talvez por essa razão, 87% dos pesquisados responderam que se “sentem preparados para enfrentar o mercado de trabalho”; informando que se sentem assim “porque estudam mais” e “fazem novos cursos” (em torno de 42% e 44%, respectivamente, consideraram essas alternativas em primeiro lugar).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação de um novo padrão de acumulação capitalista a partir da década de 1970 – marcado pela flexibilidade nas relações de trabalho e maior exigência qualificacional –, combinado ao aumento crescente do desemprego, colocam o debate em torno dos jovens, e sua relação com a escola e o mundo do trabalho, na ordem do dia. Constata-se que o aumento do nível de escolaridade da população em geral, definitivamente, não tem correspondido em melhores condições de vida para todos; conforme

nos quiseram fazer crer, há algumas décadas, os teóricos da Teoria do Capital Humano (FRIGOTTO, 1996).

A lógica que tem prevalecido é a de supervalorização do currículo em nome da competitividade (SILVA, 2008). Neste estudo, procurei evidenciar a relação que os jovens egressos do ensino superior estabelecem entre a pesquisa de iniciação científica e as possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Os principais resultados apontam que a pesquisa de iniciação científica e a obtenção de alguma modalidade de bolsa, durante o curso de graduação, têm um impacto positivo na definição/redefinição da carreira profissional dos egressos. Isso se dá tanto pelo envolvimento direto com a pesquisa, e o consequente interesse pela pós-graduação, quanto pela possibilidade, na condição de bolsistas, de se dedicarem aos estudos com horários mais flexíveis e rotina menos severa, já que contam com uma fonte de renda para o custeio de suas despesas básicas.

Destaco ainda que a condição social dos egressos – provenientes de famílias com certa estabilidade econômica – parece ser um aspecto contributivo para o delineamento de uma situação mais segura e favorável para que os jovens possam efetuar suas escolhas, sem a necessidade imperiosa de retorno financeiro imediato, e assim se encontrarem na obrigação de ingressar prematuramente no mercado de trabalho.

Finalmente, assinalo que estudos desta natureza são de fundamental importância no fornecimento de dados que possam colaborar na reflexão sobre as condições reais de ingresso dos jovens no mercado de trabalho. Desse modo, servir de contrainformação da versão midiática, que propaga a competência individual como estratégia de superação e “evitamento” do desemprego. Bem como contribuir na definição das políticas de incentivo à pesquisa de iniciação científica na universidade.

Não obstante, termino o artigo com certo desconforto, pois, ainda que o contato com a pesquisa e o retorno financeiro proveniente de alguma modalidade de bolsa constituam direito e necessidade por parte do jovem estudante e provável pesquisador, não (são) há garantias de inserção digna no mercado de trabalho.

Inspirando-me em Castel (1998, p.537), atendo-me ao “mito de Sísifo” para, de forma alegórica, expressar a condição em que se encontram os jovens portadores de diplomas de

nível superior em um contexto de precarização das relações de trabalho.

Na mitologia grega, Sísifo é um mortal que desperta a ira de Zeus. Após morrer de velhice, teve o castigo de rolar uma enorme pedra até o alto de um morro, mas “quando já se encontrava bem avançado na encosta, a pedra, impelida por uma força repentina, rolava de novo para a planície. Sísifo a empurrava de novo morro acima, coberto de suor, mas em vão” (BULFINCH, 1965, p.281).

Os trabalhadores em geral, e os jovens em particular, são diuturnamente assediados com o discurso ideológico de que a capacidade de lograr o “topo” é possível desde que empreguem muito esforço e dedicação. Esses tais “investimentos” na carreira vão desde a obtenção de diplomas à adesão a toda sorte de pantomimas dos auto-intitulados “Consultores de Recursos Humanos”.

Condição semelhante, e com requintes ainda mais cruéis, estão os jovens provenientes das camadas sociais de menor poder aquisitivo e baixo nível de escolaridade. Esses constituem público alvo de políticas de “inclusão social” calcada na noção de “empreendedorismo”. Ou seja, os jovens pobres devem superar sua condição de pobreza investindo em técnicas que os capacitem a empreender e, mais do isso, a ter uma “atitude empreendedora”.

Pela presente pesquisa foi possível evidenciar que o fato dos jovens diplomados terem concluído etapas importantes em termos de certificação, não implicou na obtenção de uma trajetória almejada – emprego estável com salário correspondente ao nível de formação. Ao contrário, nos depoimentos sobressaem sentimentos de frustração e insegurança diante de um futuro profissional que se esboça.

Assim, a maldição do mito se completa: quando certos de que o fim da trajetória se anuncia, ressentem-se de ter de recomeçar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. M. Ultrapassando o pai: Herança cultural restrita e competência escolar. In: NOGUEIRA, M.A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. *Família & Escola: trajetória de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 81-98.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, ago. 2004.
- Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em 25 fev. 2010.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo Século XXI: Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora da Unesp, 1996.
- BAJOIT, Guy; FRANSSEN, Abraham. O Trabalho, busca de sentido. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, p. 76-95, maio/dez. 1997.
- BULFINCH, Thomas. *A idade da fábula: História de deuses e heróis*. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint S. A. 1965.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CHARLOT, Bernard e GLASMAN, Dominique (coord.). *Les jeunes, L'insertion, L'emploi*. 2 ed. Paris: PUF, 1999.
- DUBAR, Claude. *La socialisation*. 3 ed. Paris: Armand Colin, 1998.
- FORACCHI, Maria Alice. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Editora Nacional, 1965.
- FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- GALLAND, Olivier. *Sociologie de la jeunesse*. Paris: Armand Colin, 1991.
- GRANOVETTER, Mark. *Le marché autrement*. Paris: Desclée de Brouwer, 2000.
- KUENZER, Acacia Zeneida. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol.27, n.96, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em fev. 2010.
- MATTOS, Valéria de Bettio. *Pós-graduação em tempos de precarização do trabalho : um estudo sobre o alongamento da escolarização entre os mestrados da UFSC*. Florianópolis, 2007. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação: UFSC.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.
- PEREGRINO, Mônica. *Desigualdade numa escola em mudança: trajetórias e embates na escolarização pública de jovens pobres*. Niterói, 2006. 336 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, UFF.
- POCHMANN, Marcio. *A batalha pelo primeiro emprego*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.
- PORTES, Écio Antônio. O trabalho escolar das famílias populares. In: NOGUEIRA, M.A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. *Família & Escola: trajetória de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 61-80.
- SILVA JR e SGUISSARD, Valdemar. *Novas faces da Educação Superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção*. 2 ed. Rev. São Paulo: Bragança, 2001.

SILVA, Mariléia Maria. Rede de relações sociais e o acesso ao emprego: o discurso da meritocracia em Questão. *Educação e Sociedade*, v. 31, n. 110, p.243- 260, jan./mar. 2010.

_____. A inserção profissional dos jovens em tempos de inovação tecnológica e organizacional. *Educação em Questão*, Natal, v. 35, n.21, p.74-97, maio/ago. 2009.

_____. Formar para o mercado de trabalho: A retórica da competência e competitividade nos cursos de graduação. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 34, n.2, p. 44-56, maio/ago. 2008.

_____. Formas de acesso ao emprego e origem social: o caso dos egressos do ensino superior. In: BIANCHETTI, L.; QUARTIERO, E. M. *Educação Corporativa: mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações*. Santa Cruz do Sul: Edunisc; São Paulo: Cortez, 2005. p. 161-181.

SPOSITO, M. P. Juventude e Educação: interações entre educação escolar e a educação não-formal. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 33, p. 83-97, jul./dez. 2008.

VIANA, Maria José Braga. Longevidade escolar em famílias de camadas populares: Algumas condições de possibilidade. In: NOGUEIRA, M.A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. *Família & Escola: trajetória de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 45-60.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006.

_____. Processos de escolarização nos meios populares: as contradições da obrigatoriedade escolar. In: NOGUEIRA, M.A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. *Família & Escola: trajetória de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 17-44, 2000.

Recebido: 10/06/2010

Aceito: 10/08/2010

Endereço para correspondência: Rua Florenza, n. 75, apto. 406. Bairro Córrego Grande – Florianópolis SC – CEP: 88037-632 - e-mail: marileiamaria@hotmail.com